

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO
2015

1. INTRODUÇÃO

O Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela lei n.º 24/98, de 26 de maio, pretende assegurar o funcionamento democrático dos órgãos eleitos, garantindo às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das autarquias locais, com a licitude que lhes é provida pela constituição e pela lei.

Por oposição entende-se o acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos executivos das autarquias locais de natureza representativa, em moldes mais eficazes, dotando a oposição de direitos de participação em áreas fundamentais.

Nos termos do artigo 3º do Estatuto do Direito de Oposição, e no caso das Autarquias Locais, são titulares do direito de oposição:

- a) os partidos políticos representados no órgão deliberativo – Assembleia Municipal – que não estejam representados no órgão executivo – Câmara Municipal;
- b) os partidos políticos representados nas Câmaras Municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas;
- c) os grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico, nos termos das alíneas anteriores;

De acordo com o consagrado no Estatuto do Direito de Oposição, os titulares do Direito de Oposição têm o direito de:

1. **Ser informados** regular e directamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua actividade (artº 4º);

2. **Consulta prévia**, de ser ouvidos sobre propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade (artº 5º);

3. **Participação**, de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os actos e actividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem (artº 6º).

4. Depor perante quaisquer comissões constituídas para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspecções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de factos (artº 8º).

Nos termos do artº 10º do EDO, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, até 31 de Março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido Estatuto;

Esse relatório deverá, por sua vez, ser enviado aos titulares do Direito de Oposição, a fim de sobre ele se pronunciarem e, eventualmente, suscitarem a sua discussão pública.

O presente relatório, que se refere ao ano 2015, deverá ser publicado no site do Município.

2. TITULARES DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Considerando o caso particular do Município de Almeirim, tendo em consideração que o **Partido Socialista** é o único partido político representado na Câmara Municipal, com pelouros e poderes delegados, ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas, são então titulares de direito de oposição, nos termos do artigo 3º da Lei nº 24/98, de 26 de Maio:

- a) O **Movimento Amar a Terra**, representado na Câmara Municipal com um vereador e na Assembleia Municipal com três eleitos.
- b) O **Coligação Democrática Unitária**, representada na Câmara Municipal com um vereador e na Assembleia Municipal com três eleitos;
- c) O **Movimento Independente do Concelho de Almeirim 2013**, representado na Assembleia Municipal com dois eleitos;
- d) O **Movimento Zé Gomes**, representado na Assembleia Municipal com um eleito;

3. CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DA OPOSIÇÃO

De acordo com o Estatuto do Direito de Oposição e para o cumprimento do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 35.º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição, verificou-se através de:

a. DIREITO À INFORMAÇÃO

Os titulares do direito de oposição com assento na Câmara Municipal foram regularmente informados, pela Presidente da Câmara sobre o andamento dos principais assuntos de interesse

para o Município nas reuniões da Câmara Municipal e sempre que solicitaram esclarecimentos por parte dos elementos em funções executivas, tendo-lhes sido prestada a informação solicitada directamente e em prazo tido como razoável, em conformidade com as questões apresentadas.

Para além de outras informações relativas a outros assuntos, aos titulares do direito de oposição representados na Assembleia Municipal foram prestadas todas as informações previstas na alínea c) do nº 2 do artigo 25º e nas alíneas s), x), y) do nº 1 e no nº 4 do artigo 35º Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- ❖ Informação escrita e detalhada do Presidente da Câmara, acerca da actividade da Câmara Municipal, e de outros assuntos de interesse público, remetida a todos os membros da Assembleia Municipal, antes de cada sessão ordinária daquele órgão.
- ❖ Apresentação por parte da Presidente da Câmara de outros assuntos de interesse público nas sessões da Assembleia Municipal;
- ❖ Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município;
- ❖ Resposta aos pedidos de informação apresentados pelos Vereadores verbalmente na própria reunião ou posteriormente por escrito;
- ❖ Resposta aos pedidos de informação veiculados pela Mesa da Assembleia Municipal;

- ❖ Publicação das deliberações dos órgãos autárquicos destinadas a ter eficácia externa, através de edital e divulgação na página da internet da autarquia;
- ❖ Divulgação das actas da Câmara Municipal pelas Juntas de Freguesia e na página da internet da Autarquia;
- ❖ Envio à Assembleia Municipal das actas das reuniões da Câmara Municipal, após a sua aprovação;
- ❖ Envio à Assembleia Municipal de informação diversa relativa a planos, projectos, relatórios, pareceres, memorandos e/ou documentos de natureza semelhante;

Os representantes da oposição foram ouvidos nas questões mais relevantes para a actividade autárquica e, sempre que possível, os seus contributos e sugestões foram incorporados.

A Câmara Municipal de Almeirim, em nome do princípio da transparência, mantém actualizados os mecanismos de informação permanente sobre a gestão municipal, onde se inclui a página da internet, facilitando o acompanhamento, fiscalização e crítica, da actividade dos órgãos municipais.

b. DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA

De acordo com o disposto no nº 3 do artigo 5º do Estatuto do Direito de Oposição, com o intuito de serem ouvidos os partidos políticos sobre as propostas do orçamento e dos planos de actividades e de investimentos foram enviados ofícios aos representantes de todos os partidos políticos e movimentos de cidadãos, solicitando contributos para a elaboração daqueles documentos. Com vista à aprovação final, quer pela Câmara Municipal quer pela Assembleia Municipal, os documentos previsionais foram facultados em devido tempo, resultando a sua aprovação nos prazos legais.

Foram facultadas, com a antecedência prevista na lei, e por correio electrónico, as ordens de trabalho das reuniões do executivo e disponibilizados para consulta todos os documentos necessários à tomada de decisão.

Foi possibilitada a cópia desses documentos, sempre que o desejaram, com meios humanos e materiais da autarquia.

Foi disponibilizado gabinete próprio, com meios logísticos necessários à sua actividade, em condições semelhantes a outros gabinetes de trabalho do edifício municipal;

Foi disponibilizado acesso a todas as instalações municipais e aos respectivos funcionários, sempre que manifestada a vontade, ainda que previamente contactado o eleito responsável pelo respectivo pelouro;

c. DIREITO DE PARTICIPAÇÃO

Durante o ano 2015, foi assegurado aos titulares do direito de oposição o direito de se pronunciarem e intervirem, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos.

Foram tornadas públicas integralmente, por transcrição na respetiva ata ou inclusão como anexo, todas as declarações de voto apresentadas na reunião do executivo e foram tornadas públicas, por publicação no site do Município, as posições tomadas;

Assegurou-se aos eleitos o direito de apresentação de propostas de deliberação, que foram decididas de imediato ou agendadas posteriormente;

O executivo camarário, o Presidente da Câmara e Vereadores, procederam atempadamente, ao envio de informações pertinentes aos vereadores da oposição;

Foram dirigidos os respetivos convites aos membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais.

Foi garantida a distribuição de toda a correspondência remetida à autarquia e destinada aos vereadores ou aos membros da Assembleia Municipal.

d. DIREITO DE PRONÚNCIA SOBRE O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, os titulares do direito de oposição dispõem do direito de se pronunciarem sobre o relatório, elaborado pelo órgão Executivo, de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido estatuto e, a pedido de qualquer desses titulares, pode o respetivo relatório ser objeto de discussão pública na Assembleia Municipal.

4. CONCLUSÃO

Tendo por base as linhas de atuação atrás expostas, entende-se que foram asseguradas, pela Câmara Municipal de Almeirim, as condições adequadas ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição durante o ano de 2015, considerando-se como relevante o papel desempenhado pelo Executivo Municipal como garante dos direitos dos eleitos locais da Oposição.



Nestes termos e em cumprimento do artigo 3º e do nº 2 do artigo 10º do Estatuto de Direito de Oposição, deverá este Relatório ser submetido ao órgão executivo e posteriormente enviado ao Presidente da Assembleia Municipal de Almeirim, e aos representantes dos partidos políticos e de grupos de cidadãos eleitores titulares do direito de oposição no Município de Almeirim.

Deverá ainda este Relatório ser publicado no site do Município.

Almeirim, 22 de fevereiro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

Pedro Miguel César Ribeiro